

AS CONFIGURAÇÕES DA AGENDA PRIVADO-MERCANTIL NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Allan Solano Souza¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Bruno Layson Ferreira Leão²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Thayse Mychelle de Aquino Freitas³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

Este estudo foi realizado a partir de uma reflexão crítica e social acerca dos fenômenos que permeiam a transferência de fundos públicos para a educação superior privado-mercantil. Como caminho de pesquisa, adota os pressupostos da técnica de análise de conjuntura segundo Souza (1985), priorizando acontecimentos, atores e cenários que determinam a agenda privado-mercantil na Educação Superior. De forma mais específica, discute o contexto de apreensão das dinâmicas ultraneoliberais que alicerçaram os governos Temer e Bolsonaro (2016-2021), e questiona como elas aportam o fomento necessário para a concretização da agenda de mercantilização e financeirização da educação superior. O estudo conclui que a gestão bolsonarista solapou os recursos para manutenção das universidades públicas, gerando um processo crescente de desregulação quanto ao reconhecimento e manutenção dos cursos de graduação e pós-graduação; a desautonomização destas instituições; e pelo astuto dimensionamento de recursos do fundo público para conglomerados e entidades educacionais privadas, atendendo a interesses mercadológicos e privatistas.

Palavras-chave: Expansão; Mercantilização; Conjuntura; Educação Superior.

THE CONFIGURATION OF PRIVATE-MARKET AGENDA OF HIGHER EDUCATION'S EXPANSION

ABSTRACT

This study was carried out based on a critical and social reflection on the phenomena that permeate the public funds transfer to the private sector of higher education. As a research path, it adopts the

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), onde atualmente é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. Endereço para correspondência: Rua João Alves Cavalcante, 37, Conj. Vingt Rosado, Bairro Rincão, Mossoró-RN, Rio Grande do Norte, Brasil, CEP: 59626-390. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4963-0922>. E-mail: allansouza@uern.br.

² Doutorando em Educação pela UFRN, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestre em Educação pelo POSEDUC/UERN. Bolsista CAPES DS. Natal-RN, Brasil. Rua Maria de Fátima Fernandes, 210, Bela Vista, Mossoró-RN, CEP: 59.609-328. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1259-9826>. E-mail: bruno.leao.098@ufrn.edu.br.

³ Doutoranda em Educação pela UFRN, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestre em Educação pelo POSEDUC/UERN. Bolsista CAPES DS. Natal-RN, Brasil. Rua Senador Severo Gomes, 639, Bacural 2, Apodi-RN, CEP: 59.700-000. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6260-6636> E-mail: thayse.freitas.017@ufrn.edu.br.

assumptions of the conjuncture analysis technique according to Souza (1985). In regards of that approach, events, actors and scenarios are prioritized towards the determination of the private-mercantile agenda in Higher Education. More specifically, it discusses the apprehension context of the ultraneoliberal dynamics that established Temer's and Bolsonaro administrations (2016-2021), and questions how they provide the necessary support for the implementation of the agenda of commodification and financialization of Higher Education. The study concludes that Bolsonarist management undermined the resources for maintaining public universities, generating a growing process of deregulation regarding the recognition and maintenance of undergraduate and graduate courses; the deautonomization of these institutions; and the astute sizing of resources from the public fund to conglomerates and private educational entities, meeting private and marketing interests.

Keywords: Expansion; Commodification; Conjuncture; Higher Education.

LAS CONFIGURACIONES DE LA AGENDA PRIVADO-MERCANTIL EN LA EXPANSIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

RESUMEN

Este estudio se realizó a partir de una reflexión crítica y social sobre los fenómenos que permean la transferencia de fondos públicos al sector privado de la educación superior. Como camino de investigación, son adoptados los supuestos de la técnica de análisis de coyuntura según Souza (1985). En ese sentido, se priorizan eventos, actores y escenarios hacia la determinación de la agenda privado-mercantil en la Educación Superior. Más específicamente, discute el contexto de aprensión de las dinámicas ultraneoliberales que establecieron las administraciones de Temer y Bolsonaro (2016-2021), y cuestiona cómo proporcionan el fomento necesario para la implementación de la agenda de mercantilización y financierización de la Educación Superior. El estudio concluye que la gestión bolsonarista socavó los recursos para el mantenimiento de las universidades públicas, generando un proceso creciente de desregulación en cuanto al reconocimiento y mantenimiento de los cursos de grado y posgrado; la desautonomización de estas instituciones; y el astuto dimensionamiento de recursos del fondo público a conglomerados y entidades educativas privadas, atendiendo intereses privados y mercantiles.

Palabras clave: Expansión; Mercantilización; Coyuntura; Educación Superior.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação Superior brasileira passou por transformações ao longo dos anos mediante, sobretudo, a expansão do capital e a adoção da lógica neoliberal no setor educacional. Por conseguinte, nesta seara, ocorreu a transnacionalização da Educação Superior, a mercantilização de seus processos e produtos, e o aumento e fortalecimento de instrumentos e políticas privatistas com ênfase nos interesses privado-mercantis “[...] via financeirização e oligopolização da educação superior” (Oliveira; Lima, 2019, p. 19).

Simultaneamente, observou-se a intensificação do movimento expansionista na Educação Superior. Tal movimento veio a se orientar de forma mais pungente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, que instituiu maior autonomia universitária e determinou, no art. 45, a possibilidade de este nível de

ensino ser ministrado em instituições públicas ou privadas. Todavia, não podemos desconsiderar os períodos históricos anteriores à aprovação dessa LDBEN, que também destacaram processos de expansão da Educação Superior no Brasil. Mesmo com a criação de programas de acesso à Educação Superior pública e privada, no processo de expansão, houve o predomínio do setor privado em detrimento do público.

Em linhas gerais, esse processo é inerente à reforma estatal de orientação neoliberal, que reverbera a ideia da educação como mercadoria, abrindo espaço para as Instituições de Educação Superior (IES) privadas, as quais, ao ofertarem serviços públicos educacionais, recebem subvenções de verbas públicas e garantem isenção fiscal. Desse modo, o próprio Estado fomenta a atuação das IES privadas, sob condição de atuar diretamente em sua regulação e supervisão, conforme as diretrizes legais. Destarte, o incentivo governamental a fontes privadas de financiamento e o fomento à cultura empreendedora na educação superior, assim como a perspectiva de autorregulação do mercado educacional, notadamente das IES privadas, permanecem em pauta (Lopes; Castro, 2021).

Contemporaneamente, cingido pela reverberação da lógica privatista e mercantil preconizada pela ascensão de grupos neoliberais e conservadores ao poder, o Brasil segue em um processo de retomada e consolidação do projeto neoliberal, denotado pela ruptura com o intento neo-desenvolvimentista de Estado que o Partido dos Trabalhadores lançou mão em seus mandatos presidenciais (2003-2016) (Ferreira; Oliveira, 2021). Outrossim, a coalizão das forças neoliberais e conservadoras têm encontrado vazão no governo Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), mediante a conformação específica de um arcabouço complexo de sustentação, em que estão presentes o “mercado, a ordem militar e o sectarismo religioso” (Raic; Cardoso; Pereira, 2020, p. 03) como pilares fundantes da expressão estatal.

Essa conformação aporta um referencial de reprodução sistêmica do ideário neoliberal que se intersecciona aos interesses e projetos das alianças conservadoras mundiais, outorgando sua “liderança ideológica e cultural como movimento de ‘reforma’ da política e prática educacional” (APPLE, 2002, p. 67). Tais lógicas fazem

parte de um processo de “redefinição global das esferas social, política e pessoal” (Silva, 2001, p. 13). Essas esferas contemplam a formulação de mecanismos complexos de significação e representação que oportunizam o favorecimento da agenda sócio-política liberal e o desmonte sistêmico da oferta de direitos e programas sociais e, entretanto, da oferta pública, gratuita e socialmente referenciada da educação superior. Destarte, é sempre oportuno realçar que se trata de uma fase de desenvolvimento do neoliberalismo como política de ajuste do capital em crise (Santos; Amorim, Santos, 2023).

O processo de desmonte instituído aponta para um projeto de refuncionalização da universidade pública, destituindo-a de seu papel vital enquanto produtora de conhecimento e das garantias de liberdade de cátedra. Isso leva ao que Santos, Musse e Catani (2020) evocam como uma comodificação da educação, em alusão ao avanço das políticas privatistas, do retrocesso democrático, e retração da autonomia institucional das IES.

Nesse contexto, este estudo foi realizado a partir de uma análise de conjuntura (Souza, 1985) que, enquanto técnica, visa oferecer elementos metodológicos para se estudar a realidade política e perceber, de forma clara, os acontecimentos, as estruturas e os atores que estão envolvidos nos fenômenos. Portanto, por esse caminho, é possível desenvolver uma reflexão crítica e social acerca dos fenômenos, atores e estruturas que permeiam a transferência de fundos públicos para a educação superior privado-mercantil. De forma mais específica, objetiva discutir o contexto de apreensão das dinâmicas ultraneoliberais que permeiam o governo Temer e Bolsonaro (2016-2021) e como elas aportam o fomento necessário para a concretização da agenda de mercantilização e financeirização da educação superior.

De acordo com Antunes (2018, p. 298), no Brasil, a principal finalidade desta agenda ultraneoliberal pode ser descrita, inicialmente, a partir de três processos: “privatizar tudo que ainda restar de empresa estatal; preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil”. Nesse sentido, problematizam-se os pressupostos que subjazem a transferência de fundo público para instituições de Educação Superior privadas em meio às políticas

econômicas ultraliberais que concorrem para a agenda privado-mercantil e para o desmonte da educação superior.

Para tal, a pesquisa se guiou pela compreensão das dimensões estatuídas nos cânones maiores da educação brasileira, sejam estes a LDBEN de 1996, e o atual Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2014 a 2024, com ênfase na tessitura das relações intra-institucionais que deram condições de possibilidade às políticas de expansão da educação superior em moldes privatistas e mercantis. Em seguida, são elaboradas as dinâmicas neoliberais e neoconservadoras que, associadas ao projeto governamental bolsonarista, colimam no paroxismo do modelo de privatização e comercialização dos processos educativos no Brasil, apontando para o predomínio da financeirização e oligopolização da Educação Superior.

RECONFIGURAÇÕES DA EXPANSÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esta seção tem como objetivo desvelar os acontecimentos políticos, sociais e institucionais que impulsionaram a expansão e mercantilização da educação superior. Para isso, será preciso detalhar o cenário de reformas administrativas no quadro brasileiro para descortinar as configurações desse processo.

A educação, ao ser definida como serviço não-exclusivo do Estado, a partir da Reforma do Aparelho do Estado em 1995, consagrou-se como um campo fértil para a expansão do setor privado e para a consolidação do mercado educacional fundamentado na racionalidade neoliberal capitalista. Nesse contexto, a Educação Superior passa por reconfigurações tendo como cenário a redefinição e redução do papel do Estado e a ascendente busca pela expansão do capital. “O movimento de reconfiguração da educação superior brasileira tem como meta a reorganização desse espaço social, segundo a lógica do mercado, em meio à redefinição dos conceitos de público e de privado” (Silva Júnior; Sguissardi, 2020, p. 94). Tal conjuntura implica diretamente nos objetivos e pressupostos educacionais e formativos da Educação Superior, adequando sua identidade em virtude das novas configurações e demandas mercantis, bem como do modo capitalista de produção.

A década de 1960 demonstra um expressivo processo de crescimento de Instituições de Educação Superior – IES, reverberando, principalmente, no aumento da oferta de vagas privadas, baseado em um modelo que privilegiou o capital financeiro na expansão universitária (Mota Júnior; Sousa, 2020). Mota Júnior e Sousa (2020) destacam que esse fenômeno continuou em processo de permanente expansão até os dias atuais e, de forma ilustrativa, à luz de dados compilados da Sinopse Estatística da Educação Superior, do ano de 2018, revelam que há, proporcionalmente, um baixo percentual de IES públicas, quando comparadas com as IES privadas. Isso acaba por refletir no baixo número de matrículas nas redes públicas e em uma explosão de matriculados na rede privada. Logo, quanto mais IES privadas, maior a chance de existir aumento com relação ao número de vagas e matriculados nessas redes.

A despeito da tendência expansionista verificada na oferta pública do Educação Superior, notadamente ensejada pelo disposto no Decreto nº 6.096/2007, referente ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)⁴, deve-se salientar que a fugaz expansão que o setor público experimentou não necessariamente foi capaz de suplantar o flagrante desequilíbrio referente à “participação dos setores público e privado na oferta de cursos e matrículas, há décadas pendendo para as faculdades particulares” (Senkevics, 2021, p. 224).

Conforme apontam Lima *et al.* (2019), a LDBEN de 1996, em seu art. 20, já oportunizava a operacionalização das IES privadas em um regime jurídico capaz de admitir finalidades lucrativas e em formatos que possibilitam a acumulação e exploração mercantil, inclusive no que tange à abertura de capital. Nesse ínterim, a qualidade educacional enquanto ponto nevrálgico do discurso privatista e mercadológico deu lugar a relatórios financeiros, margens de lucratividade, rentabilidade, liquidez e solvência apontadas em balanços patrimoniais enquanto linguagem econômica dos grupos educacionais privados em defesa dos interesses do capital.

⁴ O Reuni, conforme aponta Senkevics (2021, p. 212), envisions “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na graduação pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais, bem como a elevação das taxas de conclusão da graduação”

Destarte, e em acordo com o que assinalam Antunes e Alves (2004), a política neoliberal em curso projetou efeitos consideráveis sobre a dinâmica da educação superior, encadeando fenômenos como a proliferação de instituições privadas de Educação Superior, denotada, em específico, pela ampliação da alocação de recursos públicos para o financiamento de ações privadas, de forma a dar sustentáculo a esse crescimento. Desde meados do início dos anos 2000, estava em operacionalização a estratégia de desoneração de gastos destes grupos da educação mercantil, com o financiamento de sua expansão e negócios às custas do Fundo Público brasileiro (Lima *et al.*, 2019; Behring, 2021).

A atração de investimento público consubstanciada pela abertura de vagas nas redes privadas, através de programas de acesso à Educação Superior da União, era primordial para a consolidação dos resultados financeiros, tendo em vista a demanda reprimida no segmento e a oferta, ainda tímida, por parte do Estado. Nesse diapasão, a cooptação do discurso oficial do governo de inclusão, ascensão social e melhoria da qualidade de vida, promovida pelo acesso à Educação Superior, deu a tônica necessária para a instrumentalização desta agenda privado-mercantil (Lima *et al.*, 2019).

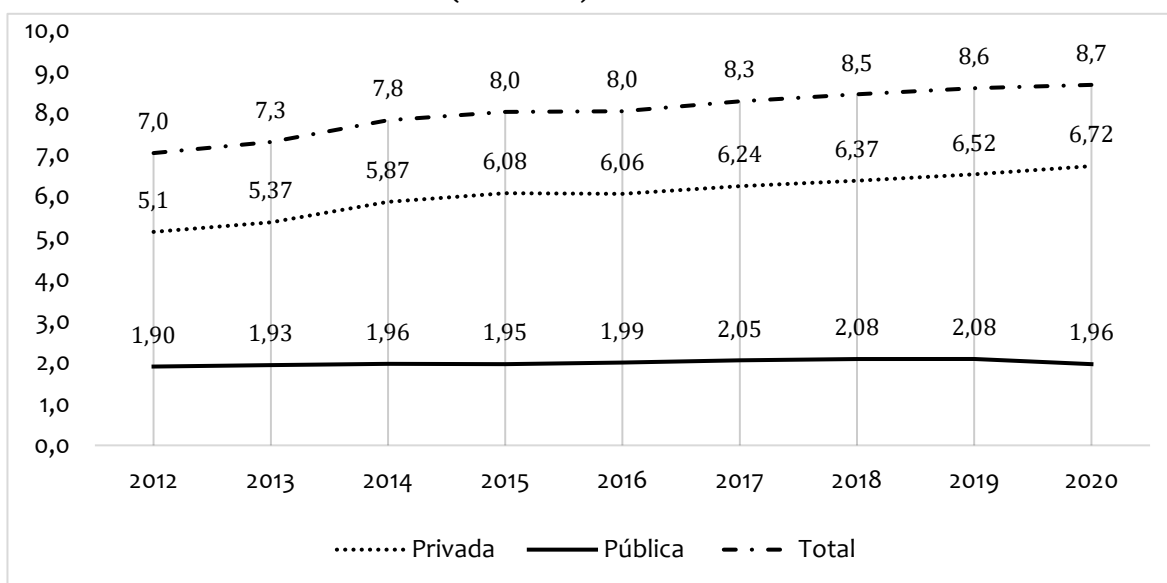
Cabe ressaltar que esses processos foram eminentemente alimentados pela arquitetura normativa das políticas educacionais brasileiras, convertidas em campo de intensas disputas e tensões. Por um lado, ao instituir que o ensino é livre à iniciativa privada (art. 7), a LDBEN abre margem para a política privado-mercantil na educação, contribuindo com a expansão desse setor “[...] ao admitir a existência e o funcionamento de instituições com fins lucrativos” (Chaves, 2010, p. 486), provendo sustentáculo à reestruturação da Educação Superior. Esta, consubstanciada por tal dispositivo legal, embasou a instauração da lógica neoliberal e a financeirização na Educação Superior, sopesando a atuação do papel do Estado e aumentando a mercantilização. Já por outro lado, destaca-se a elaboração do PNE vigente, em que, não tão somente operaram setores sociais e representações em defesa da educação gratuita, pública e socialmente referenciada, mas, também, grupos e coalizões políticas, movimentos empresariais e conglomerados educacionais privados (Nascimento; Franco; Barbalho, 2020).

Em acordo com a pesquisa de Nascimento, Franco e Barbalho (2020), na esteira do alcance das metas propostas para a educação superior, permeadas por interesses de âmbito privado, promove-se uma expansão desenfreada da oferta de cursos privados no Ensino a Distância (EaD), com ampliação significativa de matrículas, enquanto a rede pública, na mesma modalidade, tem enfrentado severa retração.

A meta 12 do PNE compreende em sua escrita: “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público” (Brasil, 2014, p. 73). Nesse ínterim, ainda é apontado pelas autoras mencionadas anteriormente que, pelo menos, 3 estratégias da meta supracitada também favoreceram o que se compreende como “expansão privada [da Educação Superior] com a utilização de recursos públicos, através de programas como o FIES e o Programa Universidade Para Todos (Prouni)” (Nascimento; Franco; Barbalho, 2020, p. 102).

Esse processo de expansão das matrículas em instituições privadas de educação superior pode ser evidenciado no gráfico 01, embora seja possível visualizar tendências tanto nas redes pública quanto privada:

Gráfico 1 - Matrículas de graduação no Brasil por categoria administrativa pública e privada (2012-2020) em milhões.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2022) e Painel de Monitoramento do PNE (2023).

De acordo com o gráfico 1, constata-se que há um franco distanciamento entre a quantidade de matrículas nas redes privadas e públicas⁵. A rede privada suplanta em quase 5 milhões, no ano de 2020, o número absoluto de matrículas da rede pública. Entre 2012 e 2018, a rede pública apresenta um tímido crescimento, demonstrando pouca flutuação em relação à ampliação do número de vagas ofertadas. Entre 2019 e 2020, verifica-se um decréscimo no número de matrículas, demonstrando uma leve regressão aos números do ensino superior público de 2014, ano de promulgação do PNE (2014-2024), que envidou no texto do Plano, na meta 12, a oferta pública de, pelo menos, 40% das novas vagas de graduação criadas até 2024.

A participação do segmento público na expansão de vagas e, conseqüentemente, matrículas no ensino superior, é explorada na tabela 1.

Tabela 1 - Participação do segmento público na expansão de matrículas em relação a 2012 (2013-2020).

Ano	Matrículas da Rede Pública	% Expansão Matrículas da Rede Pública
2020	1.956.352	3,6%
2019	2.080.146	11,7%
2018	2.077.481	12,7%
2017	2.045.356	11,8%
2016	1.990.078	9,2%
2015	1.952.145	5,5%
2014	1.961.002	8,1%
2013	1.932.527	13,1%
2012	1.897.376	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2022) e Painel de Monitoramento do PNE (2023).

A expressão do segmento público no montante de matrículas apresenta um comportamento oscilatório, comportando três momentos de arrefecimento nos

⁵ Conforme o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022 (BRASIL, 2022), para a produção das análises referentes à meta 12, foram levados em consideração como ponto de partida os dados de 2012, que se coloca como o ano inicial da série temporal. Destaca-se que os dados que subsidiaram a verificação do comportamento dos indicadores mediante constituição de séries temporais advêm da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), sendo esta a fonte de informações disponíveis quando o PNE foi promulgado.

números. Em um primeiro momento, entre 2013 e 2015, registra-se uma queda significativa da participação da rede pública nas matrículas. Todavia, no segundo momento, há um desvio de percurso, apresentando comportamento ascendente de 2015 a 2018, com a taxa de matrículas em ampliação. Por fim, entre 2019 e 2020, sendo este um terceiro momento, observa-se uma queda vertiginosa dos números de matrículas do ensino superior público.

Evidencia-se que as tendências demonstram reconfiguração do ensino superior brasileiro nos últimos oito anos de monitoramento do PNE (Brasil, 2022). Ademais, a partir da análise contida no Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022, registra-se a predominância do ensino privado, com finalidades lucrativas. Em 2012, “[...] ele respondia por 36,3% do total de matrículas, enquanto o setor sem fins lucrativos respondia por 36,7%”. Contudo, em 2020, o “[...] setor com fins lucrativos passou a responder por 55,7% das matrículas, enquanto o setor sem fins lucrativos teve a participação reduzida para 21,8%”.

Desta feita, por um lado, a acomodação nas políticas educacionais de ímpeto expansionista da educação superior foi proporcionada pela criação de novas instituições públicas de Educação Superior e, por outro lado, pela tímida ampliação da oferta de vagas em seu rol; e pela “intensificação da política de expansão pela via da iniciativa privada, quer pela aquisição de vagas em IES privadas [...], quer por práticas contábeis de isenção fiscal ou de aporte direto, mediante a utilização de fundos públicos” (Pereira; Brito, 2018, p. 338-339).

Portanto, observa-se que o papel do Estado vem se mantendo no sentido da supervisão, regulação e implementação de novos cursos e/ou instituições de Educação Superior, cumprindo com o que reza a LDBEN 9.394/1996, em seu art. 46, que estabelece que “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”. Todavia, é preocupante o avanço do número de oferta de vagas e matrículas na rede privada, visto que tem se assentado na senda da mercadorização educacional, que passou a se reorientar pelo rentismo e exploração da lucratividade aportada pela expansão da

educação em âmbito superior, além da adequação do sistema educacional às demandas mercantis.

CENÁRIOS DA AGENDA PRIVADO-MERCANTIL E O DESMONTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esta seção tem como objetivo compreender os cenários e atores que se manifestam com base na agenda privado-mercantil, e os seus efeitos de desmonte na Educação Superior brasileira.

A mundialização do capital tem produzido, contemporaneamente, novas intersecções em esfera global quanto às economias, produzindo um eixo comum ao qual os capitais se centralizam, em detrimento do antigo modelo de acumulação produtiva (Chesnais, 1996). Essa transição adotou a racionalidade própria do modelo de acumulação flexível, centralizando enormes volumes de capital descorporificado, fictício, em fundos concentrados em uma parcela mínima de indivíduos. A partir disso, criou-se uma superestrutura global de governança do mercado financeiro, em que “conglomerados rentistas oligopolistas negociam em quase todos os mercados e setores produtivos” (Lima *et al.*, 2019, p. 08).

Por conseguinte, a centralização destes capitais se torna tributária à esfera financeira, em face de investimentos, e à formulação de um capital especulativo, mais rentável e livre dos riscos da atividade empreendedora e, destarte, vinculável a quaisquer iniciativas produtivas (Chesnais, 1996). O capital fictício, investido em títulos de crédito, é capaz de gerar remuneração periódica, em intervalos pré-fixados, que não necessariamente requer contrapartidas em forma de capital produtivo para sua produção e fruição (Guttmann, 2008).

Deste modo, esses títulos geram a apropriação de uma parcela de lucro aos seus detentores, seja por dividendos ou juros, mas não criam valores reais, de ordem fungível. Guttmann (2008) descreve as maiores fontes deste capital como títulos de dívida pública das nações, fundos de ações cotados em bolsas de valores, e moedas de crédito. A esse respeito, Lima *et al.* (2019) destacam que, no bojo das transferências diretas de recursos por países, em virtude de pagamento aos credores do mercado financeiro pela rentabilidade dos títulos de dívida pública, ocupam-se até 20% dos

valores orçados na despesa pública de alguns Estados. Via de regra, essa realidade é cada vez mais disseminada globalmente, em uma movimentação característica da extensão do capital fictício aos setores bancário e produtivo, com a entrada de grupos investidores transnacionais nesses segmentos (Lima *et al.*, 2019), gerando reverberações, inclusive, no cenário nacional, ao que destacamos adiante os influxos dessas dinâmicas para a incursão privado-mercantil na educação superior.

Os fenômenos de mercantilização e financeirização não são recentes, estando presentes no contexto da educação brasileira já há algum tempo. Contudo, encontraram, na atual conjuntura sócio-política brasileira, um espaço favorável para a reorganização e fortalecimento das condições de instrumentalização de sua agenda. De acordo com Andrade (2018, p. 78), um dos cenários em que a mercantilização se manifesta diz respeito à ampliação da presença do mercado nas instâncias sociais, "[...] com oferecimento privado do que antes podia ser acessado livremente, especialmente por oferta pública, através de relações não mercantis". Na Educação Superior, esse fenômeno foi impulsionado pela fragmentação e diversificação institucional, que oportunizou a criação de empresas educacionais mercantis, acentuando, dessa forma, a expansão via setor privado.

A esse sentido, Neves (2002), ao tratar do processo de empresariamento da educação, suscitado pela ampliação da expressão privado-mercantil na Educação Superior, aponta que, no ímpeto da maximização dos lucros, os grupos educacionais consolidaram a construção de um perfil formativo específico a ser acedido, orientado a uma demanda de mercado por uma mão de obra barata, executora, e que garantisse a reprodução metabólica das estratégias de acumulação de capital, tendo a eficiência e ampla produtividade como elementos centrais.

O processo de mercantilização da Educação Superior é caracterizado pela aceção da lógica neoliberal em sua organização e funcionamento e, ainda, pela ênfase na lucratividade e pela privatização e comercialização de seus processos e produtos. Nessa perspectiva, a educação é concebida como uma mercadoria e não como um direito social, desencadeando uma releitura, pela ótica privado-mercantil, dos princípios e pressupostos orientadores da formação acadêmica, profissional e humana na Educação Superior (Bertolin, 2007).

A mercantilização da Educação Superior ocorreu paralelamente à dinâmica de redefinição da esfera produtiva e econômica capitalista e da reestruturação do papel do Estado, ínterim propenso a “[...] parcerias público-privadas, privatizações de organizações estatais e emergência da concorrência extremamente acirrada entre empresas educacionais, estabelecendo, assim, um mercado de produtos e serviços educativos” (Diniz; Oliveira; Lima, 2021, p. 03-04). Nesse contexto de expansão do capital, a Educação Superior foi cotada como nova fonte lucrativa de exploração privado-mercantil em um cenário marcado pelo ideário neoliberal.

Mediante a promulgação da LDBEN de 1996, deu-se a construção do sustentáculo cívico-normativo para a consolidação da inserção da agenda neoliberal na educação superior, que oportuniza e articula a comercialização do conhecimento e mercantiliza a produção acadêmico-científica, materializando o “desmembramento das atividades de ensino-pesquisa-extensão e [acenando] para a sua mercantilização”. Outrossim, a lógica adotada em face da Educação Superior e, mais especificamente, quanto à pós-graduação, notadamente, inscreve-se enquanto produto e expressão “de um tempo regido pela economia do conhecimento” (HOSTINS, 2006, p. 143).

Por conseguinte, a dinâmica organizacional da universidade passa a ser condicionada por uma racionalidade de natureza empresarial e privada que serve a interesses sistêmicos; desarticula a tríade ensino, pesquisa e extensão; desvaloriza a formação socialmente referenciada e tem o lucro como objetivo primordial, acentuando, nesses moldes, uma postura antagônica aos fins históricos da educação superior – “[...] produção acadêmico-científica e estabelecimento de uma cultura institucional baseada na crítica” (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2020, p. 241). Atingir métricas de eficiência, eficácia e produtividade integram o cerne do propósito mercantil na Educação Superior, nesse contexto, “[...] ter qualidade é formar, ou melhor, diplomar mais indivíduos com menos recursos” (Silva Júnior; Sguissardi, 2020, p. 311).

Sob o mote da democratização da Educação Superior, a LDBEN abriu espaço para o despontar da iniciativa privada, provendo o fortalecimento do projeto de rompimento para com o modelo de universidade em vigência no país. A diversificação

da oferta educacional resultante, outrossim, é aderente aos preceitos do mercado, seja nos produtos de sua organização (centros de educação superior; faculdades e institutos; escolas superiores; ou mesmo universidades com expertise alinhada a determinado campo do saber), seja no provimento das condições de financiamento e sortimento de novas possíveis fontes, em vinculação aos índices de produtividade, assim como na instrumentalidade da produção da pesquisa em associação com o setor produtivo público e privado (e instituições híbridas dessa relação) mediante o argumento da produção de benesses econômicas e sociais para a nação (Hostins, 2006).

Em análise sobre a conjuntura de reforma universitária, Silva Júnior (2020) destaca mudanças no espectro da gestão das IES de ordem político-institucional e a exterioridade de sua origem, bem como da avaliação consubstanciada em resultados e seus processos de acreditação internacional. Nesse sentido, o Estado passou a posicionar a universidade, conforme o autor, enquanto “ponta de lança no crescimento econômico competitivo e exportador, eventualmente incentivando a transnacionalização das indústrias nacionais controladas pelo Brasil” (Silva Júnior, 2020, p. 290).

Essa posição desencadeou um processo em que o fundo público é provisionado no bojo da ação política para dar sustentáculo ao aumento da produtividade nacional e, de forma diretamente proporcional, ao lastreamento do capital financeiro mundial via capital produtivo nacional, o que “parece dar-se predominantemente por meio de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), segundo a política industrial do MCT e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior” (Silva Júnior, 2020, p. 290).

Ao passo que a economia se reorientou mundialmente, em um processo de desmaterialização profunda (Barreto; Domingues, 2012) – em que a geração e acumulação de riquezas se desvincilhou da produção de bens físicos ou *commodities*, resultando no processo de financeirização –, tornou-se evidente a dependência que sobremaneira o capital assume quanto à economia rentista e, necessariamente, à aplicação do conhecimento, notadamente atrelada, nesse contexto histórico, à produção de informação e ao uso de tecnologias intensivas.

Ao empreender a análise conjuntural das políticas nacionais voltadas à Educação Superior, no que concerne ao governo FHC em cotejo aos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, há que se demarcar as amplas linhas de continuidade entre a forma que a ação política figura (Silva Júnior; Sguissardi, 2012). Conquanto, sob as lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT), essas políticas atingiram maior expressão no que se refere à democratização do acesso a esse nível de ensino e, necessariamente, à oportunização de justiça social com o consequente nivelamento das oportunidades de ingresso no nível superior, notadamente ampliadas dentre essas gestões (Moraes, 2019).

Em seguimento, as manifestações da agenda neoliberal na Educação Superior adquirem novos relevos e se potencializam, consideradas as dinâmicas verificadas de expansão deste nível da educação sob a égide do PNE (2014-2024), assim como os fenômenos de mercantilização e financeirização, tributários das disputas e tensões advindas do movimento de reformas universitárias brasileiras. É factual que a Educação Superior brasileira vem sofrendo transformações ao longo dos anos mediante a expansão do capital e a adoção da lógica neoliberal no setor educacional, representadas, sobretudo, na expressão dos arranjos institucionais encorajados pelos organismos internacionais em face da organização da universidade (Mancebo; Silva Júnior; Oliveira, 2018).

Em que pese o atual momento, é de suma importância demarcar o acirramento das agendas ultraliberais, e a ênfase que o neoconservadorismo assumiu em face da conjuntura nacional, notadamente quanto à educação de nível superior. Esta enfrenta o obscurantismo de um projeto político educacional que, dentre seus pressupostos e estruturação, ostenta o ataque às tessituras democráticas, cortes orçamentários nas instituições públicas e nas agências de fomento científico, contenção de programas assistenciais estudantis e ênfase nos discursos e ações privatistas. Posto isso, é latente a busca pelo desmonte sistêmico da Educação Superior pública paralelo à difusão e expansão do mercado educacional privado, inclusive, financiado por fundos públicos.

Ressalta-se que a prática de transferência de fundos públicos da União direcionada aos grupos educacionais mercantis sempre foi uma realidade, seja a título

de manutenção de programas de acesso ao nível superior, seja por políticas públicas nas mais diversas esferas de governança, efetivando a concessão daquilo que Lima et al. (2019, p. 09) consideram como um fator de concessão de “ampla liberalização, e a desoneração fiscal de seus negócios”. À guisa de exemplificação, conforme aponta Carvalho (2006), pode-se citar o Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criados para a concessão de bolsas de estudos para estudantes em IES da rede privada, independentemente de sua finalidade lucrativa.

Quanto ao Prouni, esse foi criado em 2004 como estratégia de expansão quantitativa do acesso à Educação Superior (Costa; Ferreira, 2017). O programa se consubstancia na prerrogativa das renúncias fiscais do Estado para com as IES privadas. O principal impacto dessa medida foi a ausência de previsão de ressarcimento, de modo a gerar vagas que não importam contrapartida financeira para o público. Nesse sentido, enquanto política, foi beneficiada pelo gozo de isenção dos seguintes impostos: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). Outro impacto que merece atenção tem relação com a existência de bolsas ociosas que, em 2015, chegou a 22%, instalando um vício que, pela falta de fiscalização e sanção, faz com que as IES privadas se apropriem das isenções fiscais (Costa; Ferreira, 2017).

O Fies tem em sua natureza jurídica a composição orçamentária a partir da consignação de dotações classificadas como inversões financeiras, que, nesse ínterim, são “[...] destinadas à concessão de financiamento a estudantes e empresas, para pagamento dos encargos educacionais cobrados” (Martins et al., 2018, p. 68). Mesmo com a posterior amortização do crédito concedido, e a ausência de despesa primária e direta, o modelo adotado não se mostrou eficaz na ampliação do acesso ao ensino superior, em acordo com a exposição de motivos interministerial (EMI) nº 00037/2017/MEC/MF/MP. Em síntese, o risco associado ao crédito

[...] envolve o risco moral do aluno, decorrente da pouca clareza sobre a natureza do crédito que está recebendo (financiamento tratado como bolsa), a concentração de risco na União, devido à baixa contribuição das IES para o fundo garantidor (FGEDUC), e a baixa inadimplência considerada pelo

FGEDUC. Quanto ao subsídio implícito, o alto diferencial entre o custo operacional da dívida pública e a taxa de juros do Fies gera um benefício creditício elevado, que afeta o custo da dívida líquida. Em relação à governança do programa, observou-se ausência de planejamento fiscal de médio prazo relacionado à oferta de vagas. (Martins *et al.*, 2018, p.69).

Nesse sentido, três fatores têm sido considerados como riscos iminentes à continuidade da política, sejam estes o “risco de crédito, subsídio implícito e governança do programa” (Martins *et al.*, 2018, p. 69).

Considerando a série histórica das renúncias aportadas no programa entre 2006 e 2016, a União chegou a isentar as instituições aderentes de um volume de impostos que soma, aproximadamente, R\$1,25 bilhão ao todo, conforme dados da Receita Federal Brasileira (Lima *et al.*, 2019).

De acordo com Ferreira e Oliveira (2021), o PT, sobretudo no governo Lula (2003-2010), foi engendrando o projeto neodesenvolvimentista que colocou o Estado como indutor de políticas públicas que contribuíram, incisivamente, para a ampliação da educação superior, que foi força motriz e ponto estratégico para o desenvolvimento econômico do país e para a inclusão social. Entretanto, o governo Dilma (2011-2016) “não conseguiu evitar o efeito retardado da recessão global e manter o ‘pacto’ econômico/social que sustentava o projeto neodesenvolvimentista” (Ferreira; Oliveira, 2021, p. 16).

Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, e a chegada turbulenta de Michel Temer ao poder executivo (2016-2017), ocorreu o rompimento com os ímpetus do neodesenvolvimentismo e políticas neoliberais e de austeridade fiscal se intensificaram no país, como a Emenda Constitucional (EC) nº 95, impactando não tão somente na economia, como também nas políticas e programas sociais ao “eliminar a possibilidade de utilização da ferramenta da dívida pública como forma de promover medidas de equalização social” (Castro; Santos, 2021, p. 08). De forma independente ao desempenho econômico, “congelam-se gastos primários do orçamento público brasileiro, no mesmo passo em que se libera a apropriação do fundo público pelo capital portador de juros e pelos especuladores” (Behring, 2021, p. 193).

Muito embora não se estabeleça uma vinculação direta dos efeitos da EC nº 95 à avaliação da educação superior, o governo Temer, apesar de intensificar a “flexibilização de procedimentos regulatórios e atribuição progressiva de prerrogativas de autonomia universitária às instituições que apresentem conceitos considerados de qualidade satisfatória” (Lopes; Castro, 2021, p. 67), não apresentou com clareza programas governamentais capazes de induzir a melhoria da qualidade da Educação Superior. Ao contrário disso, as restrições orçamentárias e cortes consubstanciados nas políticas de austeridade trouxeram dificuldades para a acomodação da oferta, outrora em expansão, e que, na ocasião, passou a representar dificuldades quanto à manutenção da organização e infraestrutura das IES.

Assim, conforme apresentado por Mancebo, Silva Júnior e Oliveira (2018), a tendência de crescimento signatária aos programas governamentais, como o Reuni, viu-se constricta por esses ajustes, em que os cortes têm colimado para um desajuste substancial da capacidade instalada das instituições e precarização da oferta de vagas. Os autores apontam que essa retração

[...] têm minado o direito à educação e deixado as instituições com a amarga tarefa de reconfigurar vários procedimentos internos para poder lidar com a expansão (de períodos anteriores), o que as deixou com mais estudantes, cursos e uma forte internalização, sem o financiamento para a sua devida consolidação. (Mancebo; Silva Júnior; Oliveira, 2018, p. 6, tradução nossa).

Por outro lado, importa ressaltar que a mesma dinâmica de cortes não tem afetado as instituições privado-mercantis, que não perceberam, em sua atuação, a severidade da crise, tal que o setor, em função da abertura de capital experimentada pelos grandes grupos educacionais, tem recebido investimentos em grande volume. Haja vista a sua subsunção ao capital especulativo das bolsas de valores, a lógica que permeia a atuação desses grupos se tornou tributária à “maximização dos lucros para os acionistas” (Guttman, 2008, p. 12, tradução nossa), com o alinhamento de suas políticas educacionais e macro objetivos aos interesses dos acionistas, em busca de maior liquidez, rentabilidade e valoração de mercado (Mancebo; Silva Júnior; Oliveira, 2018).

Ademais, o forte volume de recursos públicos investidos nas IES privado-mercantis tem sido um ponto substancial para a manutenção do crescimento dos oligopólios educacionais, induzido às expensas do fundo público através dos programas de acesso ao nível superior, que, em um contexto de crise de financiamento da educação pública, denota o grave esfacelamento da oferta educacional da universidade estatal em face da injeção de capital nas instituições privadas. Conforme elaborado por Chaves e Guimarães (2017), em 2016, mais de 16% do orçamento do MEC foi direcionado nesse sentido, no que concerne aos contratos de financiamento e compra de vagas na rede privada, oportunizados em função do Fies e Prouni, o que totalizou, à época, cerca de R\$19,57 bilhões de reais.

Em continuidade, os recursos aplicados no Fies e Prouni reforçam o endividamento, de forma direta e indireta, da União, ao que corroboram a constituição de dívida pública. Assim,

[...] o dispêndio seria tão grande que, segundo dados do MEC (2018), houve a liberação, só em 2018, de quase R\$ 1,2 bilhão ao FIES, repassado ao FNDE, autarquia ligada ao MEC, operadora do programa, para a recompra dos Certificados do Tesouro Nacional, emitidos às mantenedoras de IES privadas ligadas ao FIES. O FNDE paga-lhes os encargos anuais, derivados das operações de financiamento que faz com as IES quando lhes repassa Títulos da Dívida Pública, chamados de Certificados Financeiros do Tesouro - Série E (CFT-E), para abaterem apenas tributos e contribuições previdenciárias, gerando bolsas no mesmo valor a alunos de IES privadas do País vinculados ao FIES. Contudo, se os gastos do governo com tais programas continuarem a crescer anualmente, as metas do PNE (2014 a 2024) ao Educação Superior do País, poderão acabar não se dando. (Lima *et al.*, 2019, p. 17).

Com a eleição de Jair Bolsonaro (PL), em 2018, e os subsídios oportunizados nesse pleito, a ascensão do ultraliberalismo econômico, denotada, sobremaneira, pela apropriação do fundo público orientada à financeirização e expropriação (BEHRING, 2021), tem colimado no desmonte de políticas e programas sociais e, no plano ideológico, em ataques à educação superior pública e à produção de conhecimento (Santos; Musse; Catani, 2020), acirrando os cortes no fomento.

O projeto político educacional do governo Jair Bolsonaro se caracteriza por sua face neoconservadora e fascista, que incide na deturpação da construção do pensamento crítico oriundo das universidades públicas e na devastação da pesquisa

científica objetivando forjar a “[...] adesão ao projeto privatista, de ensino aligeirado e de baixo custo à distância” (Behring, 2021, p. 208). Para a aliança conservadora, em confluência com o populismo autoritário e o esquema neoliberal, a educação superior representa um campo de tensões e disputas, ao que as universidades denotam importância cabal para o aparelhamento ideológico necessário na batalha contra a diversidade de pensamento e pluralidade de expressão, convencionadas pelas lideranças bolsonaristas como marxismo cultural (Santos; Musse; Catani, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição do itinerário assumido pelo setor privado-mercantil da educação superior no Brasil assumiu facetas diversas quanto à estruturação estatal presente nas conformações sociopolíticas dos governos do Partido dos Trabalhadores para com a gestão Temer e, ultimamente, a gestão Bolsonaro.

Partindo de um projeto de neodesenvolvimentismo que assumia a social-democracia como sustentáculo para a arquitetura de políticas sociais e programas de acesso e permanência na Educação Superior, notadamente presente no governo Lula, e em seguimento sobremaneira no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, a expansão da oferta educacional se deu exponencialmente. Nesse ínterim, políticas educacionais assumiram estratégias que privilegiaram as práticas mercantis, implicando em uma mercadorização da educação, de modo a possibilitar a premência do ímpeto expansionista via transferências de fundo público para instituições privadas, quer seja pela aquisição de vagas, mediante isenções fiscais, quer seja através de investimentos diretos por parte do poder público em ações que concorrem diretamente para a privatização da educação superior.

Destarte, processos de financeirização e oligopolização se tornaram cada vez mais prementes na composição privado-mercantil, assumindo uma faceta forte na política educacional na gestão de Michel Temer (interrupção democrática) e no governo de Jair Bolsonaro (disrupção democrática); e, ao verter o modelo de governança pública para a égide ultraliberal, tais processos têm sucateado a Educação Superior e atuado em um aparelhamento de ordem ideológica para o desmonte das

instituições públicas. Nesse sentido, a gestão bolsonarista solapou os recursos para manutenção das universidades públicas, gerando um processo crescente de desregulação quanto ao reconhecimento e manutenção dos cursos de graduação e pós-graduação; a desautonomização destas instituições; e pelo astuto dimensionamento de recursos do fundo público para conglomerados e entidades educacionais privadas, atendendo a interesses mercadológicos e privatistas.

O cenário em específico é favorável para a mercadorização e financeirização da Educação Superior, especialmente, da pós-graduação, com a mobilização para induzir a privatização e alienar o patrimônio público para manutenção de fundos de financiamento. Em linhas gerais, depreende-se que a precarização e sucateamento dos serviços educacionais da Educação Superior pública ocasionados pelo estanque orçamentário e diretrizes desastrosas da atual gestão para a oferta da educação pública concorrem para a expansão privado-mercantil via financeirização e oligopolização de grupos privados educacionais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. B. de. **Financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público**. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.
- APPLE, M. W. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v.2, n.1, p.55-78, jan./jun. 2002.
- ANTUNES, R.; ALVES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARRETO, F. C. de S.; DOMINGUES, I. O PNPG 2011-2020: os desafios do país e o sistema nacional de pós-graduação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.28, n.3, p. 17-53, set. 2012.

BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BERTOLIN, Júlio César G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização**: período 1994-2003. 2007. 281 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9.394, de 1996. Brasília: Congresso Nacional.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (2014-2024)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2022**. Inep/MEC: Brasília, 2022.

CARVALHO, C. H. A. de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao Educação Superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.27, n.96, p. 979-1000, out. 2006.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do Educação Superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v.31, n.111, p. 481-500, abr./jun. 2010.

CHAVES, V. L. J., & GUIMARÃES, A. R. Política econômica, dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. In: Apresentação oral, XXV SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/Br, 2017.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, D. D.; FERREIRA, N. de B. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação**, Campinas, n. 22, v. 1, Jan-Abr 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/q7HhxxZ9MYWXYGS7CyjYPfs/>. Acesso em: 29 maio 2023.

DINIZ, J. A. R.; OLIVEIRA, J. F. de; LIMA, D. da C. B. P. A mercantilização da educação superior no Brasil: financeirização e oligopolização. **Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 61, p. 1-19, jul./set. 2021.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. de. Contextos, expansão da educação superior e meta 12 do PNE (2014-2024): tensões e perspectivas. In: OLIVEIRA, J. F. de; CASTRO, A. M. D. A. (org.). **Políticas de educação superior e PNE (2014-2024):** expansão, qualidade e tendências. Curitiba:CRV, 2021. p. 11-29.

GUTTMANN, Ronald. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.82, p.11-33, nov. 2008.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v.24, n.1, p.133-160, jan/jun. 2006.

LIMA, J. P. C.; ABREU, W. F. A.; POÇA, H. N. F.; SILVA, P. C. C.; FERREIRA, A. P. Financeirização e Oligopolização no Ensino Superior Privado-Mercantil Brasileiro: a sestra e a destra numulárias no âmago da educação. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 1-24, 2019.

LOPES, P. I. X. CASTRO, A. M. D. A. Avaliação, regulação e supervisão da educação superior: principais ações articuladas ao PNE 2014-2024. In: OLIVEIRA, J. F.; CASTRO, A. M. D. A. **Políticas de educação superior e PNE (2014-2024):** expansão, avaliação, financiamento e formação, volume 1. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2021, p.53-76.

MANCIBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de. *Policies, management and the right to higher education: new modes of regulation and trends in construction.* **Acta Scientiarum Education**, v.40, n.1, p.1-11, 2018.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende; SANTOS, Aldenise Ferreira dos; QUEIROZ E SILVA, Jules Michelet Pereira; MARTINS, Paulo de Sena Martins; PINHEIRO, Alberto. **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: IMPASSES E PERSPECTIVAS.** Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

MORAES, K. N. A expansão e as perspectivas de massificação da educação superior no Brasil no contexto do PNE (2014-2024). In: OLIVEIRA, J. F.; LIMA, D. C. B. P. (orgs.). **Políticas de educação superior e PNE (2014-2024):** expansão, qualidade e tendências. Brasília: ANPAE, 2019, p.23-37.

MOTA JUNIOR, A. de M.; SOUSA, J. P. Oferta atual e mercantilização do Educação Superior no estado da Bahia. MOTA JUNIOR, A. de M.; SOUSA, J. P. Oferta atual e mercantilização do Educação Superior no estado da Bahia. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n.10. jan. 2020.

NASCIMENTO, E. L.; FRANCO; M. W. N. B. F.; BARBALHO, M. G. C. Financeirização, governança corporativa e oligopolização do Educação Superior: os casos da Kroton Educacional e da Estácio Participações. In: OLIVEIRA, J. F.; CASTRO, A. M. D. A. (orgs.). **Políticas de educação superior e PNE (2014-2024):** Expansão, avaliação, financiamento e formação. Volume 1. Curitiba: CRV, 2021, p.93-111.

NEVES, L. M. W. (Org.). **O Empresariamento da Educação:** novos contornos do Educação Superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, J. F.; LIMA, D. C. B. P. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: tendências e desafios no contexto do PNE (2014-2024). In: OLIVEIRA, J. F.; LIMA, D. C. B. P. (orgs.). **Políticas de educação superior e PNE (2014-2024):** expansão, qualidade e tendências. Brasília: ANPAE, 2019, p.16-22.

PEREIRA, T. L.; BRITO, S. H. A. A expansão da educação superior privada no Brasil por meio do FIES. **Eccos Revista Científica**, n.47, v.1, p. 337-354, set./dez. 2018.

RAIC, D. F. F.; CARDOSO, M. C.; PEREIRA, S. A. C. A universidade pública em cenários neoliberais e fascistas: balbúrdias de resistência em tempos de Covid-19. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, n.1, p.1-19, jan./dez. 2020.

SANTOS, I. P.; CASTRO, A. M. D. A. Crises do Capital, Austeridade e Educação no Brasil. **Research, Society and Development**, v.10, n.2, e49810212523, p.1-12, 2021.

SANTOS, M. R.; MUSSE, R.; CATANI, A. M. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsonarismo em ação. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, n.1, p.1-19, jan./dez. 2020.

SENKEVICS, A. S. A EXPANSÃO RECENTE DO EDUCAÇÃO SUPERIOR: CINCO TENDÊNCIAS DE 1991 A 2020. **Caderno de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v.3, n.4, p.199-246, 2021.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. **The new brazilian university a busca de resultados comercializáveis:** para quem? 1ª ed. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SILVA, T. T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILE, P. A. A.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SANTOS, M. E. DE M.; AMORIM, M. G. R.; SANTOS, R. S. Neoliberalismo e educação na atuação dos think tanks. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 27, n. 53, p. 171-195, 2023. Disponível em:
<https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/3439>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SOUZA, Herbert José. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HISTÓRICO

Submetido: 06 de Jun. de 2023.

Aprovado: 22 de Out. de 2023.

Publicado: 27 de Dez. de 2023.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

SOUZA, A. S.; LEÃO, B. L. F.; FREITAS, T. M. de A. *As configurações da agenda privado-mercantil na expansão e mercantilização do Educação Superior*. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, V. x, N. x, 2022.